

**EXPANSIÓN URBANA Y ESPACIALIDADE RURAL-URBANA EN LA  
AMAZONIA BRASILEÑA: EL CASO DE UNA PERIFERIA URBANA EN  
SANTARÉM-PA, BRASIL**

Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumen**

Santarém es una ciudad de la Amazonia brasileña, que ha desempeñado un papel importante en la ocupación del oeste de Pará. Situado en la confluencia del Tapajós y Amazonas entre Belém y Manaus, se convirtió funciones que históricamente se había solidificado, como el centro comercial. El dinamismo de su área de influencia ha dibujado área urbana grande, reafirmando su primacía en el bajo Amazonas. Su crecimiento urbano ha sido muy desigual, reproduciendo una urbanización extensiva en la zona de expansión urbana. Así, surgen algunas preguntas: ¿Cómo conceptualizar estos espacios, ya que el Plan Director de la adecuación de la ciudad como los barrios de la zona urbana? ¿Cuándo y cómo fue la urbanización extensiva en estas áreas? Vamos a analizar las características de los espacios rurales y urbanas (Perla del Maicá y Zona Verde) con el fin de entender cómo este proceso se fusionen. Para desarrollar esta investigación, las encuestas se llevaron a cabo observaciones bibliográfico y documental, observación sistemática, entrevistas con los residentes del área de estudio, con expertos de las agencias municipales, registros fotográficos, análisis de material cartográfico, sistematización y análisis. La búsqueda está en marcha, habiéndose iniciado en 2009. La relevancia del tema de gran importancia para comprender los procesos complejos, y al mismo tiempo, más actual que la Amazonía.

**Palabras claves:** periferia urbana

---

<sup>1</sup> Professora Associada III. Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: jangencom@hotmail.com

## **Introdução**

O debate sobre a modalidade espacial híbrida rural/urbana, ainda representa um desafio para a Geografia. A abordagem sobre o rural e o urbano na Amazônia brasileira, tem sido objeto de muitos trabalhos, em virtude não só de aprofundamento teórico que ainda precisa ser feito, assim como, dar conta da compreensão de realidades sócio-espaciais, ao mesmo tempo tão distintas e tão inter-relacionadas. Ao estudarmos objetos de estudo tão complexos como este, numa região como a Amazônia brasileira, devemos ressaltar que os mesmos assumem características muito peculiares e que têm apresentado cada vez mais, elementos novos. Muitos autores têm tratado desta questão como Oliveira (1985); Corrêa (1987); Becker (1990); Becker, Machado e Miranda (1990); Machado (1999); Vicentini (2004); Guerra (2006); Sá, Costa, Tavares (2006); dentre outros, mas muito ainda há para se tratar.

A inserção dessa região à esfera capitalista foi um dos fatores responsáveis pela intensa urbanização, a partir da década de 1960, cuja meta era usar os núcleos urbanos como logística para uma rápida e efetiva ocupação e garantir reservas de mão-de-obra para as obras dos Grandes Projetos minero-metalúrgicos (BECKER, 1987, 1990).

A cidade de Santarém, mesmo distante do eixo dos Grandes Projetos, com exceção do Projeto Trombetas e Juruti, nos municípios próximos de Oriximiná e Juruti, servindo como importante ponto de apoio para a intensificação da ocupação do oeste do Pará. Localizada estrategicamente, à margem direita do rio Tapajós, na confluência com o Amazonas, e, numa posição intermediária, entre as metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, ela acabou desenvolvendo uma série de atividades e funções que se solidificaram desde o período da coleta das drogas do sertão e da borracha, especialmente a de entreposto comercial.

Santarém tornou-se definitivamente um importante centro urbano em virtude de uma série de outros fatores, que promoveram o que Santos denomina de urbanização do território com a instalação do Serviço Telefônico, em 1954. Posteriormente, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), em 1980, a repetidora da TV Globo, a TV Tapajós, em 1979 (FONSECA, 1996 *apud* COSTA, 2009). Além de outros importantes fixos como: a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), interligada à Transamazônica (BR-230), a Santarém-Curuá-Una (PA-230), o porto, o aeroporto e a Hidrelétrica de Curuá-Una. E ainda, a produção aurífera dos garimpos do Tapajós.

Some-se a tudo isto, ainda, a introdução da soja com a construção das instalações da empresa multinacional Cargill Agrícola S. A. que passou a estimular a vinda de grandes fluxos migratórios para essa cidade, a partir da década de 1990.

Desta forma, Santarém passou a desempenhar importante papel polarizador, definindo sua primazia urbana na Mesorregião do Baixo Amazonas, com uma área de influência que se estende por dezesseis municípios, o que tem se efetivado ainda mais nas últimas duas décadas, em virtude da alocação e melhoria de serviços e infraestrutura.

A partir da década de 1970 verificamos um acelerado processo de expansão urbana em Santarém, acompanhando a orientação dos eixos das rodovias Santarém-Curuá-Una, Cuiabá-Santarém e Av. Fernando Guilhon (Santarém-Aeroporto). Esta expansão tem assumido grandes proporções, resultando, portanto, no espraiamento de sua periferia nas direções sul (Cuiabá-Santarém e Santarém-Curuá-Una) e sudoeste (Fernando Guilhon).

No bojo desse processo de periferização, identificamos o surgimento de numerosos e populosos bairros, caracterizados por uma precária infra-estrutura e serviços, ou seja, apresentam ruas sem pavimentação, ausência de rede de esgoto, precariedade no abastecimento de água, na coleta de lixo, no transporte público. Nestes bairros reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo verdadeira expressão de exclusão e segregação.

Em grande parte destas áreas periféricas, coexistem, também, características rurais presentes no espaço urbano, especialmente nos bairros sob influência da rodovia PA-370, próximos ao Lago Maicá. Há grande inconsistência do espaço “urbano”, nestas áreas, visto que inexistem requisitos necessários à vida na cidade, além de existirem culturas e hábitos rurais, reproduzindo as chamadas ruralidades (LEFEBVRE, 2001).

Essas áreas se incluem na chamada Área de Expansão Urbana, definida pelo Plano Diretor de Santarém. Entretanto, verifica-se ausência de planejamento urbano, de serviços e equipamentos urbanos. Surgem, então, alguns questionamentos: Como devemos considerar esses espaços? Como conceituá-los, visto que o Plano Diretor os enquadra como bairros da área urbana? Quando e como se deu a urbanização extensiva nessas áreas?

Pretendemos, portanto, analisar as características destes espaços híbridos (Pérola do Maicá e Área Verde), rural-urbanos, a fim de entendermos como se processa a convivência desta mesclagem, como também, tentaremos compreender seu processo de urbanização recente. Para desenvolver esta pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, observações sistemáticas, com entrevistas aos moradores da área, aos técnicos de órgãos da Prefeitura, registros fotográficos, análise de material cartográfico, para se proceder às posteriores sistematizações e conclusão da análise.

### **A produção do espaço urbano de Santarém**

Santarém, como a maioria das cidades ribeirinhas tradicionais da Amazônia, tem na origem da produção de seu espaço, a característica de missão religiosa, tornando-se, depois, fortificação militar, erguida para garantir a posse das terras do Baixo Amazonas, das quais, mais tarde, extraíram-se as chamadas “drogas do sertão”.

A grande distância da capital paraense produziu seu crescimento de forma isolada. Em torno de 1828, já assumira a posição de maior centro urbano no Baixo Amazonas e exercia o papel de verdadeira capital da vasta hinterlândia, graças ao poder militar e religioso, nela sediado. Embora ainda mantivesse o *status* de vila, funcionava como uma espécie de centro urbano de transição entre o Pará e o Amazonas, pois tinha sob sua jurisdição um grande número de vilas. Sua afirmação política se deveu à capacidade de liderança de seus dirigentes (PEREIRA, 2004).

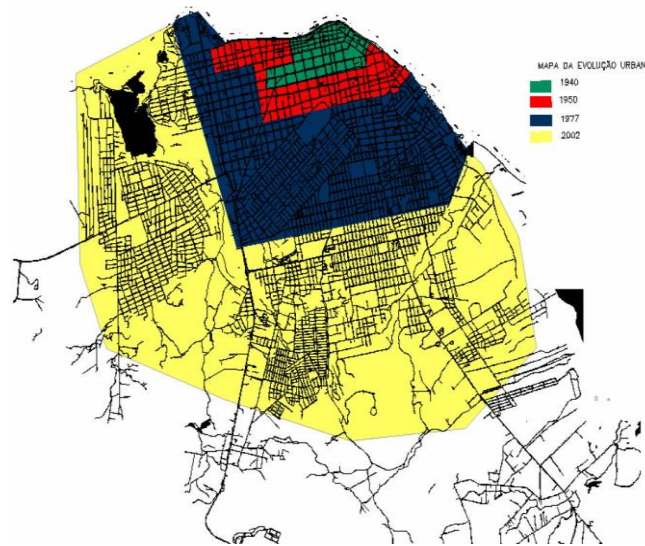
O traçado da cidade foi orientado pelo rio Tapajós, se estendendo lentamente a partir da área central (conforme **Fig. 1**), em direção aos bairros da Prainha e da Aldeia, e se adensando, também, em direção ao interior.

A produção do espaço urbano de Santarém não pode se compreendida, desvinculada das políticas planejadas para a Amazônia, previstas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), assim como para esta área. A concepção era a de usar cidades que já possuíam papéis de destaque na rede urbana amazônica, alguma infra-estrutura e expressão populacional. Assim, Santarém serviu para efetivar o adensamento populacional, como também, para ser referência para investimentos de capital. Primeiramente, através da extração da borracha, depois do cacau e muitas vezes paralelo àquela. Frequentemente, com a agricultura e a pecuária se desenvolvendo em conjunto,

visto que as colônias do planalto, sempre se constituíram na área abastecedora de produtos agrícolas para a cidade, principalmente arroz, feijão, milho e frutas.

O conjunto de infra-estruturas e equipamentos ou fixos (SANTOS, 1977) instalados em Santarém nas décadas de 1970 e 1980, já referidos constituíram-se fundamentais para alavancar o projeto pensado para a área. A grande expansão deu-se na década de 1970 com a abertura da rodovia Curuá-Una.

No mapa de expansão urbana da cidade (**Fig. 1**) observamos o eixo mais alongado à direita, que constitui a rodovia Santarém-Curuá-Una, vetor de expansão mais significativo. À esquerda verificamos outra área de expansão, que acompanha a orientação da rodovia Fernando Guilhon, bastante adensada. E, na parte mais central, o eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, quase imperceptível, pois a malha, além de mais contígua, está também integrada ao traçado desta rodovia.



**Figura. 1: Mapa da Expansão Urbana de Santarém de 1940 a 2002.**

Fonte: RAMOS, 2004.

A configuração alongada da malha urbana para o interior deu-se pelo fato de que até o final da década de 1970, a expansão urbana só se orientava no sentido sul (ver **Fig. 1**), em virtude dos *igarapés* do Urumari, a leste e o do Irurá/Mapiri, a oeste servirem de obstáculos naturais para seu crescimento urbano. Somente na década de 1980 que estes *igarapés* foram ultrapassados, dando possibilidade ao surgimento de numerosos bairros no sentido leste. Na direção oeste, foi grande o número de bairros que surgiram em

virtude do aterramento do Igarapé do Irurá, realizado para interligar o novo aeroporto à cidade. A expansão ao sul também foi muito intensa.

A reprodução dessa expansão urbana delimitou algumas manchas urbanas, separadas da área urbana mais consolidada. Ao longo da Cuiabá-Santarém, a mancha atingiu a Vila de São José. Na Curuá-Una, a expansão se adensou até a área do planalto do Diamantino e pela Fernando Guilhon, até a Vila de São Braz, em direção à Vila de Alter-do-Chão (PEREIRA, 2004). Devemos ressaltar, ainda, que a corrida do ouro aos garimpos do Tapajós, principalmente entre 1970 e 1980 contribuiu, sobremaneira, para o “inchaço” de Santarém, visto que esta cidade funcionou como um centro distribuidor de produtos para os garimpos e quando estes entraram em crise, na década de 1990, o refluxo de pessoas que se dirigiram para a cidade foi considerável. Os dados do **Quadro 1** ilustram os ganhos populacionais deste período.

**Quadro 1 – População segundo situação domiciliar do Município de Santarém**

NO	URB ANA	%	RUR AL	%	TOTA L
	14.061	2	46.16	76,66	60.229
950	24.498	3,34	8	73,41	92.144
	51.123	2	67.64	62,19	135.21
960	111.023	6,59	6	42,24	5
	169.665	3	84.09	36,00	192.20
970	186.297	7,81	2	29,04	3
		5	81.18		265.10
980		7,76	0		5
		6	95.44		262.53
991		4,00	0		8
		7	76.24		
000		0,96	1		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Por outro lado, a introdução do cultivo da soja na década de 1990, estimulou forte migração da zona rural para a cidade. A necessidade de grandes áreas para plantação obrigou muitos produtores a venderem suas terras para os sojeiros, acarretando a desarticulação da pequena propriedade rural.

Ao receber grandes contingentes populacionais, a cidade se equipou para atender a essa demanda, fornecendo cursos universitários, hospitais de porte e de maior

-----  
complexidade, clínicas, laboratórios, enfim, serviços em geral, que foram instalados ou melhorados.

A área urbana de Santarém se apresenta atualmente bastante espaiada, com sérios problemas de periferização, ou seja, com precária infra-estrutura urbana, assim como, precárias moradias. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo verdadeira expressão de exclusão e segregação (SERPA, 2002). Ao inverso da periferia, a área central, é infra-estruturada, com exceção da rede de esgoto. Ocupada pela classe alta, constituída por comerciantes, fazendeiros, políticos e por famílias tradicionais, descendentes de europeus (AMORIM, 1999 *apud* SILVA, 2001, p. 35) e norte-americanos.

### **A produção da área de expansão**

O processo de urbanização de Santarém produziu uma malha urbana desmesurada, escapando do controle do planejamento urbano municipal. As ocupações se multiplicaram, dando origem ao surgimento de bairros, depois reconhecidos pela Lei Municipal Nº 18.051/2006, que aprovou o Plano Diretor Municipal. Em 2006, muitas ocupações foram regulamentadas como bairros, chegando a somar 48 bairros.

Apesar de terem existido instrumentos anteriores para regulamentar o espaço urbano, como o Plano de Desenvolvimento Urbano, instituído pela Lei Municipal Nº 6.856, de 1975, os critérios usados seguiam orientações do planejamento físico-territorial, de natureza regulatória, que não deram conta da intensa expansão urbana ocorrida, pois além da explosão demográfica, a falta de políticas públicas direcionadas à população de baixa renda e de legislação urbanística, somadas à especulação imobiliária contribuíram para a expansão de um vasto território irregular e clandestino no município (CDU/PMS, s/d).

O PDU de Santarém estabeleceu como Área de Expansão, todas aquelas áreas que estão para além da área urbana, que não são áreas rurais, ou seja, corresponderia às áreas não consolidadas. Entretanto, estão inseridos nesta área, muitos bairros que não possuem o mínimo exigido para tal, pois o PDU restringe a definição de bairro à existência de 70% da área urbanizada e construída; à existência de, no mínimo, três equipamentos públicos em pleno funcionamento; à demarcação dos lotes de forma

alinhada com dimensões mínimas estabelecidas em lei; à abertura de vias de forma alinhada e conforme os limites de largura definidos em lei; e ao número mínimo de três entidades comunitárias para compor um Conselho Gestor. Os bairros estudados, Pérola do Maicá e Área Verde apresentam muitas limitações desses critérios.

Do ponto de vista da dimensão territorial, a Área de Expansão é mais extensa do que a malha urbana consolidada, cujo tecido urbano apresenta-se mais bem traçado e denso, tendo atingido sua última expansão em 1986. Se a Área de Expansão vier a se consolidar, implicará na duplicação da atual malha da cidade, ou seja, representará uma extensão que incorporará áreas que ainda são um misto de características rurais inseridas na Área de Expansão, e que se estendem, principalmente, ao longo da BR-163 e da PA-370.

A Área de Expansão inclui algumas áreas consideradas pela PMS como consolidadas, que anteriormente eram vilas, como São José, Boa Esperança, Tabocal e São Braz. Por outro lado, corresponde às áreas periféricas da cidade.

O conceito de periferia tem sofrido redefinição, desde quando se referia apenas a áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são concebidas como periféricas. O termo se redefiniu, significando, também, “[...] *aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda.*” (SERPA, 2002, p. 12).

Serpa (2002) ainda chama atenção para o fato de que é preciso destacar o papel das periferias no espaço urbano, visto que estas apresentam uma dinâmica específica, produzida pelo acúmulo de processos singulares que se desenvolveram através de conflitos, gerados de diferentes sentidos de tempos.

Os bairros periféricos e muito numerosos em Santarém, se adéquam àquilo que Serpa (2001) caracteriza como periferia urbana, ou seja, correspondem às áreas ocupadas por uma população de baixa renda, marcada pela precariedade da configuração espacial e das moradias, pelos loteamentos clandestinos, que traduzem a exclusão e a segregação deste espaço. No caso da área de estudo apresenta grande expressividade.



-----

### **Espacialidades rural-urbanas no espaço urbano**

Num país como o Brasil, onde sua extensão territorial assume dimensão continental, proporciona uma diversidade regional, marcada pela lei de desenvolvimento desigual e combinado, que configura diferentes espacialidades e temporalidades. Portanto, é muito freqüente encontrar-se a convivência de características rurais em espaços urbanos.

Por outro lado, estes “bairros” por serem áreas que estão na fronteira urbana com áreas rurais, temos verificado a ocorrência de ruralidades, ou seja, de culturas e hábitos rurais, constituindo ilhas de ruralidade (LEFEBVRE, 2001). Observamos que se formam espacialidades híbridas, que apresentam um misto de aspectos rurais, convivendo em espaços classificados como “urbanos”. Além de fazendas, adjacentes ao bairro Pérola do Maicá, existe no bairro de Área Verde, plantações e hortas, como cinturões verdes (SÁ, COSTA, TAVARES, 2006; Costa, 2009 e Oliveira, 2010) localizados também em vários outros bairros periféricos da cidade.

Encontramos com muita freqüência no bairro Pérola do Maicá, um grande número de moradores, cuja atividade principal é a pesca artesanal no Lago do Maicá e que também desenvolvem outras atividades, como carpinteiros, pedreiros etc, nos períodos de defeso. A proximidade de suas casas do lago facilita seu deslocamento, ao mesmo tempo em que se aproximam de seu local de origem, pois muitos deles moravam e trabalhavam nas fazendas próximas ao lago, ou em outras áreas rurais. Essa duplicidade de atividades, rurais e urbanas, serve como estratégia de sobrevivência para esses moradores, pois precisam exercer mais de um tipo de atividade a fim de manter a família.

Ao morar na “cidade”, na área de expansão, esses indivíduos trazem consigo elementos de sua cultura rural, costumes e hábitos e tentam reproduzir os mesmos nos seus quintais, plantando árvores frutíferas, hortas, pequenas roças e criando pequenos animais, como aves, que por outro lado, lhes garanta uma complementação alimentar, que também faz parte do conjunto de estratégias de sobrevivência na cidade, onde têm que pagar por tudo que consomem.

Observamos, também, que os moradores dessas áreas que apresentam características de ruralidade, acabam assimilando costumes urbanos, como o gosto por

assistir programas de televisão e conseqüentemente, copiam comportamentos cada vez mais urbanos.

Esse processo pode ser explicado inicialmente, pelo ritmo acelerado que urbanização em Santarém assumiu e sem qualquer forma de planejamento urbano. Assim, ela se expande para todos os lados, anexando áreas rurais ao tecido urbano, podendo ser denominada de urbanização extensiva, como tem tratado Monte-Mór (2006).

## **Conclusão**

Conforme foi exposto, Santarém teve um intenso processo de urbanização que lhe garantiu sua primazia no oeste do Pará, ao assumir o papel de centro sub-regional, fornecedor de serviços à área que polariza, abrangendo dezesseis municípios do Pará e Amazonas.

Entretanto, apesar de ter usufruído de crescimento econômico em virtude dos investimentos nela estabelecidos, seu processo de urbanização não foi devidamente acompanhado do planejamento urbano municipal, assim como exprime grandes contradições sociais, visto que seu espaço intra-urbano é caracterizado por uma área central mais organizada e equipada, enquanto que as áreas periféricas são desprovidas de infra-estrutura básica, assumindo mesmo aspectos de espoliação da vida urbana aos moradores destas áreas.

O PDU de 2006 inseriu as áreas periféricas, geralmente oriundas de assentamentos espontâneos, como bairros pertencentes à Área de Expansão Urbana, segundo critérios definidos no plano, mas que não correspondem ao mínimo exigido. Dentre os bairros da Área de Expansão encontram-se nossas áreas de estudo, o Pérola do Maicá e o Área Verde. Suas áreas urbanizadas são bastante rarefeitas, assim como os outros requisitos também não são detectados. Portanto, surge a questão: por que o PDU considerou essas áreas como bairros?

Por outro lado, tanto no Pérola do Maicá, quanto no Área Verde, há fazendas que se adentram na área urbana, equivalente à área de expansão. Este fato pode ser explicado por diversos fatores. Em primeiro lugar, pelas próprias características dos campos inundáveis do Lago do Maicá, onde estão localizadas fazendas tradicionais, com criação de gado branco e bufalino. Em segundo lugar, a expansão urbana se aproximou do Lago

do Maicá, chegando às suas margens, colocando em risco, inclusive, seu equilíbrio ecológico. O que já começa a ocorrer em virtude da diminuição de espécies e quantidade de peixes. Em terceiro lugar, o planejamento municipal não deu tratamento adequado para estas áreas e as ocupações foram se efetivando de qualquer maneira, dificultando a execução de uma política de uso do solo.

Assim, sobrevivem no tecido urbano, subespaços rurais e seus resíduos ou “ilhas de ruralidade”, como se refere Lefebvre (1991) em áreas que ainda estão se urbanizando. A urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2006) se espraia por todos os lados, não dispensando nem os espaços rurais. Este tipo de urbanização é um rebatimento de um processo amplo de expansão capitalista na área, que, ao expulsar o homem do campo, obriga-o a desempenhar um misto de atividades para sobreviver na cidade: ele tem que ser pescador, pequeno agricultor e desenvolver atividades de natureza urbana.

## **Referências**

- COSTA, T. C. S. **Expansão urbana e periferação do espaço: a condição periférica dos bairros Urumari e Vitória Régia na cidade de Santarém/PA.** 2009. Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém.
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Península, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- GUERRA, G. Desenvolvimento territorial na Amazônia rural e urbana como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, A. C. D. (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva.** Belém: Edufpa, 2006. p. 97-110.
- MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** 2. ed., São Paulo: Contexto, 2001. p. 214-220.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: legalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MONTE-MÓR, R. L. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios.** Salvador: EDUFBA, 2007. p. 93-114.

**Expansión urbana y espacialidade rural-urbana en la Amazonia brasileña: el caso de una periferia urbana en Santarém-PA, Brasil**

Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira

-----

OLIVEIRA, J. M. G. C. Espaços híbridos e espacialidades rural-urbanas na Amazônia: o caso de uma periferia urbana em Santarém-PA. **Anais do 16º Simpósio Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, UFRGS/AGB, 2010.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, Belém.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano Diretor Municipal de Santarém**. Santarém: Prefeitura Municipal de Santarém, 2006.

SÁ, M. E. R.; COSTA, S. M. G.; TAVARES, L. P. O. O rural e o urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. D. (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: Edufpa, 2006. p.113-157.

SERPA, A. (org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: Edufba, 2002.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.